Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Eternit S.A.

31 de dezembro de 2014 com o Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2014

Índice

Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas

Balanços patrimoniaisBalanços patrimoniais
Demonstrações do resultado
Demonstrações do resultado abrangente
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Demonstrações dos fluxos de caixa
Demonstrações dos valores adicionados
Notas explicativas às demonstrações financeiras
140tas expilicativas as acinionisti ações inhanocinas

Eternit S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consc	lidado	
	explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Ativos						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.711	9.516	13.367	13.295	
Aplicações financeiras	5	15.726	9.897	35.023	35.661	
Contas a receber	6	71.327	69.774	175.933	160.389	
Estoques	7	69.395	85.833	148.093	141.944	
Impostos a recuperar	8	6.035	16.542	10.373	19.648	
Partes relacionadas	10	27.196	31.615	2.427	9.780	
Outros ativos circulantes		4.971	4.734	9.682	9.226	
		200.361	227.911	394.898	389.943	
Ativo mantido para a venda		553	-	553	_	
·		553	-	553	-	
Total do ativo circulante		200.914	227.911	395.451	389.943	
Não circulante						
Depósitos judiciais		8.703	8.819	15.307	15.536	
Impostos a recuperar	8	22.915	22.219	24.456	25.022	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	24.750	24.037	53.299	55.112	
Partes relacionadas	10	29.297	9.723	726	2.018	
Investimentos	9	256.080	247.729	34.338	36.032	
Imobilizado	11	145.659	149.425	341.684	279.064	
Intangível	12	6.437	4.584	30.622	28.676	
Outros ativos não circulantes		339	490	1.981	2.229	
Total do ativo não circulante		494.180	467.026	502.413	443.689	

Total do ativo 695.094 694.937 897.864 833.632

Passivos e patrimônio líquido Circulante Fornecedores 13 22.858 22.444 42.151 39.293 Partes relacionadas 10 7.672 7.243 - - Empréstimos e financiamentos 14 3.066 8.944 88.946 56.881 Obrigações com pessoal 15 12.738 12.980 28.657 28.009 Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar 18.e 17.897 17.881 17.897 17.881 Provisão para benefícios futuros a exempregados 17.b 2.511 2.174 3.677 3.861 Impostos, taxas e contribuições a recolher 16 11.866 12.226 29.181 34.015 Outros passivos circulantes 3.060 4.934 10.743 13.142		Nota		oladora	Consolidado	
Circulante Fornecedores 13 22.858 22.444 42.151 39.293 Partes relacionadas 10 7.672 7.243 - - - Empréstimos e financiamentos 14 3.066 8.944 88.946 56.881 Obrigações com pessoal 15 12.738 12.980 28.657 28.009 Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar 18.e 17.897 17.881 17.897 17.881 Provisão para benefícios futuros a exempregados 17.b 2.511 2.174 3.677 3.861 Impostos, taxas e contribuições a recolher 16 11.866 12.226 29.181 34.015 Outros passivos circulantes 3.060 4.934 10.743 13.142		explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores 13 22.858 22.444 42.151 39.293 Partes relacionadas 10 7.672 7.243 Empréstimos e financiamentos 14 3.066 8.944 88.946 56.881 Obrigações com pessoal 15 12.738 12.980 28.657 28.009 Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar 18.e 17.897 17.881 17.897 17.881 Provisão para benefícios futuros a exempregados 17.b 2.511 2.174 3.677 3.861 Impostos, taxas e contribuições a recolher 16 11.866 12.226 29.181 34.015 Outros passivos circulantes 3.060 4.934 10.743 13.142						
Partes relacionadas 10 7.672 7.243 - - Empréstimos e financiamentos 14 3.066 8.944 88.946 56.881 Obrigações com pessoal 15 12.738 12.980 28.657 28.009 Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar 18.e 17.897 17.881 17.897 17.881 Provisão para benefícios futuros a exempregados 17.b 2.511 2.174 3.677 3.861 Impostos, taxas e contribuições a recolher 16 11.866 12.226 29.181 34.015 Outros passivos circulantes 3.060 4.934 10.743 13.142	Circulante					
Empréstimos e financiamentos 14 3.066 8.944 88.946 56.881 Obrigações com pessoal 15 12.738 12.980 28.657 28.009 Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar 18.e 17.897 17.881 17.897 17.881 Provisão para benefícios futuros a exempregados 17.b 2.511 2.174 3.677 3.861 Impostos, taxas e contribuições a recolher Outros passivos circulantes 16 11.866 12.226 29.181 34.015 Outros passivos circulantes 3.060 4.934 10.743 13.142	Fornecedores	_			42.151	39.293
Obrigações com pessoal 15 12.738 12.980 28.657 28.009 Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar 18.e 17.897 17.881 17.897 17.881 Provisão para benefícios futuros a exempregados 17.b 2.511 2.174 3.677 3.861 Impostos, taxas e contribuições a recolher Outros passivos circulantes 16 11.866 12.226 29.181 34.015	Partes relacionadas	10		7.243	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar 18.e 17.897 17.881 17.897 17.881 Provisão para benefícios futuros a exempregados 17.b 2.511 2.174 3.677 3.861 Impostos, taxas e contribuições a recolher 16 11.866 12.226 29.181 34.015 Outros passivos circulantes 3.060 4.934 10.743 13.142	Empréstimos e financiamentos	14		8.944	88.946	56.881
pagar 18.e 17.897 17.881 17.897 17.881 Provisão para benefícios futuros a exempregados 17.b 2.511 2.174 3.677 3.861 Impostos, taxas e contribuições a recolher 16 11.866 12.226 29.181 34.015 Outros passivos circulantes 3.060 4.934 10.743 13.142		15	12.738	12.980	28.657	28.009
Provisão para benefícios futuros a exempregados 17.b 2.511 2.174 3.677 3.861 Impostos, taxas e contribuições a recolher 16 11.866 12.226 29.181 34.015 Outros passivos circulantes 3.060 4.934 10.743 13.142	Dividendos e juros sobre o capital próprio a					
empregados 17.b 2.511 2.174 3.677 3.861 Impostos, taxas e contribuições a recolher 16 11.866 12.226 29.181 34.015 Outros passivos circulantes 3.060 4.934 10.743 13.142		18.e	17.897	17.881	17.897	17.881
Impostos, taxas e contribuições a recolher 16 11.866 12.226 29.181 34.015 Outros passivos circulantes 3.060 4.934 10.743 13.142	Provisão para benefícios futuros a ex-					
Outros passivos circulantes 3.060 4.934 10.743 13.142			-			
		16				
Total do passivo circulante 81.668 88.826 221.252 193.082	Outros passivos circulantes			4.934		
	Total do passivo circulante		81.668	88.826	221.252	193.082
Não circulante	Não circulante					
Provisão para benefícios futuros a ex-						
empregados 17.b 27.730 23.710 41.654 34.527		17 h	27.730	23 710	41,654	34 527
Empréstimos e financiamentos 14 5.129 14.368 38.978 25.799						
Partes relacionadas 10 31.763 29.108					-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e		10	0100	20.100		
trabalhistas 21 26.226 25.115 59.549 54.659		21	26.226	25 115	59.549	54 659
Impostos, taxas e contribuições a recolher 16 7.787 7.697 10.605 9.432						
Provisão para remonte da mina 30 - 10.718 9.726			-			
Outros passivos não circulantes 300 278			_	_		
Total do passivo não circulante 98.635 99.998 161.804 134.421	·	•	98.635	99.998		
·	•	•				
Patrimônio líquido	Patrimônio líquido					
Capital social 18.a 334.251 334.251 334.251 334.251		18 a	334,251	334.251	334.251	334.251
Reserva de capital 19.460 19.672 19.460 19.672		10.4				
Ações em tesouraria (174) (174) (174)						
Reservas de lucros 168.745 155.807 168.745 155.807						
Outros resultados abrangentes (7.491) (3.443) (7.491) (3.443)						
Patrimônio líquido atribuível a acionistas não			,,	(33)	(,	(55)
minoritários 514.791 506.113 514.791 506.113			514.791	506.113	514.791	506.113
Participações acionistas minoritários 17 16			-	-		
Total do patrimônio líquido 514.791 506.113 514.808 506.129		•	514.791	506,113		
Total do passivo e patrimônio líquido 695.094 694.937 897.864 833.632		•				

Eternit S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consc	olidado
	explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	22	507.665	508.525	978.154	957.301
Custos dos produtos vendidos	23	(370.995)	(372.752)	(593.879)	(575.877)
Lucro bruto	-	136.670	135.773	384.275	381.424
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	23	(59.715)	(59.097)	(116.528)	(116.734)
Gerais e administrativas	23	(43.582)	(41.895)	(111.780)	(97.804)
Remuneração da administração	23	(8.501)	(12.802)	(10.685)	(15.545)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(3.285)	3.293	(3.810)	(1.871)
Resultado da equivalência patrimonial	9	63.774	76.267	(13.676)	(6.223)
Total das receitas (despesas) operacionais		(51.309)	(34.234)	(256.479)	(238.177)
Despesas financeiras	25	(19.692)	(18.692)	(52.674)	(48.553)
Receitas financeiras	25	20.732	16.887	54.962	47.535
Resultado financeiro líquido		1.040	(1.805)	2.288	(1.018)
Lucro antes do imposto de renda e	-				
da contribuição social		86.401	99.734	130.084	142.229
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	20	(858)	472	(41.309)	(41.489)
Diferidos	20	(384)	2.048	(3.615)	1.516
Lucro líquido do exercício	-	85.159	102.254	85.160	102.256
Atribuível a:					
Acionistas não minoritários Acionistas minoritários		85.159	102.254	85.159 1	102.254
	=	05.450	100.051	•	2
Lucro líquido do exercício Lucro líquido por ação,	_	85.159	102.254	85.160	102.256
básico e diluído - R\$	18.c	0,48	1,14	0,48	1,14
	-				

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Lucro líquido do exercício	85.159	102.254	85.160	102.256	
Outros resultados abrangentes Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de beneficio					
definido	(3.283)	(5.866)	(6.132)	(5.219)	
Efeito de imposto de renda e contribuição social	1.116	1.995	2.084	1.776	
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	(1.881)	428	-		
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	(4.048)	(3.443)	(4.048)	(3.443)	
Resultado abrangente do exercício	81.111	98.811	81.112	98.813	
Atribuível a:					
Acionistas não minoritários	81.111	98.811	81.111	98.811	
Acionistas minoritários	-	-	1	2	

Eternit S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

			Reserva de	capital		Res	ervas de li	ucros	_				
	Nota explicativa		Subvenção para investimentos	Ágio na aquisição de ações		Estatutária	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2013	-	334.251	19.365	23	(174)	21.873	25.513	78.669	-	-	479.520	14	479.534
Lucro líquido do exercício Constituição de reservas Ganho/perda na atualização do plano		-	- 754	-	-	- 5.113	5.113	- 19.697	102.254 (30.677)	-	102.254	2	102.256
de benificio definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.443)	(3.443)	-	(3.443)
Reversão Reserva Subvenção Investimento Destinação do lucro líquido: Juros sobre o capital próprio -		-	(470)	-	-	4	4	(179)	-	-	(641)	-	(641)
R\$0,254 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(22.726)	-	(22.726)	-	(22.726)
Dividendos - R\$0,5467 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(48.851)	-	(48.851)	-	(48.851)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	334.251	19.649	23	(174)	26.990	30.630	98.187	-	(3.443)	506.113	16	506.129
Lucro líquido do exercício Constituição de reservas Ganho/perda na atualização do plano	18	-	:	-	-	- 4.258	- 4.258	5.066	85.159 (13.582)	:	85.159 -	1 -	85.160 -
de benificio definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(4.048)	(4.048)	-	(4.048)
Reversão de Correção Monetária de Capital Destinação do lucro líquido:		-	(212)	-	-	3	3	(650)	-	-	(856)	-	(856)
Juros sobre o capital próprio - R\$0,134 por ação em circulação Dividendos - R\$0,267 por ação em	18	-	-	-	-	-	-	-	(23.889)	-	(23.889)	-	(23.889)
circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(47.688)	-	(47.688)	-	(47.688)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>-</u>	334.25	I 19.437	23	(174)	31.251	34.891	102.603	-	(7.491)	514.791	17	514.808

Eternit S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Nota	Contro	oladora	Consolidado		
	explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014 31/12/2013		
Fluxos de caixa das atividades operacionais Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas		86.401	99.734	130.084	142.229	
atividades operacionais: Resultado da equivalência patrimonial Depreciação e amortização	9 11/12	(63.774) 11.995	(76.267) 11.075	13.676 37.704	6.223 34.789	
Resultado na baixa de ativos permanentes Provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas	24	(405)	(65)	(1.078)	(145)	
a receber Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas Reversão (provisão) para perdas diversas	6 21	655 2.912 1.869	402 2.458 6.387	1.444 7.079 (5.606)	985 3.711 7.660	
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial Rendimento de aplicações financeiras Variação líquida despesas antecipadas		1.574 (2.194) 1.561	2.397 (2.220) 1.609	43 (4.861) 1.750	1.069 (4.495) 2.248	
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		40.594	45.510	180.235	194.274	
Contas a receber Partes relacionadas a receber Estoques	6 10 a. 7	(1.776) 7.697 14.990	8.878 (9.800) (4.325)	(15.956) 7.353 (7.035)	16.215 (11.798) (14.801)	
Impostos a recuperar Depósitos judiciais Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		11.616 (1.685) 76.981	(7.764) (2.179) 79.343	10.164 (1.572)	(7.539) (2.489)	
Outros ativos		(1.958)	(1.735)	(2.457)	559	
Aumento (redução) nos passivos operacionais Fornecedores Partes relacionadas a pagar	13 10	193 429	(7.864) (1.038)	2.604	(9.560)	
Impostos, taxas e contribuições a recolher Provisões e encargos sociais Outros passivos	16 15	(83) (242) (2.137)	(1.996) (4.330) 2.412	4.728 648 (2.649)	(1.563) (6.930) 1.807	
Juros pagos Imposto de renda e contribuição social pagos Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(492) - 144.127	(452) (3.342) 91.318	(1.507) (42.651) 131.905	(621) (48.218) 109.336	
		144.127	91.310	131.905	109.336	
Fluxos de caixa das atividades de investimento Mútuo com empresas ligada a receber Recebimento pela venda de imobilizado	10 24	(19.574) 577	(2.509) 354	1.293 1.488	- 470	
Adições ao ativo imobilizado e intangível Aporte de capital em controladas Aplicações financeiras de curto prazo Resgates de aplicações financeiras de curto prazo	11/12 9	(25.608) (28.480) (146.820) 143.185	(39.802) (29.426) (115.783) 156.718	(104.216) (11.982) (330.977) 336.475	(64.348) (29.226) (292.141) 339.905	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(76.720)	(30.448)	(107.919)	(45.340)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos	14	7.177	15.972	220.938	182.624	
Amortização de empréstimos e financiamentos Mútuo com empresa ligada Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	14 10	(8.676) (468) (69.245)	(1.608) (327) (69.243)	(175.607) - (69.245)	(180.738) - (69.243)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(71.212)	(55.206)	(23.914)	(67.357)	
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa		(3.805)	5.664	72	(3.361)	
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa No início do exercício No fim do exercício	4 4	9.516 5.711	3.852 9.516	13.295 13.367	16.656 13.295	
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	7	(3.805)	5.664	72	(3.361)	

Eternit S.A.

Demonstrações dos valores adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Nota	Contro	oladora	Consolidado			
	explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
- ·							
Receitas	22	680.030	684.554	1.235.017	1 010 671		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços Outras receitas	22	19	684.554 316	49.689	1.219.671 47.128		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		13	310	43.003	47.120		
sobre as contas a receber		(655)	(402)	(1.444)	(945)		
Total	•	679.394	684.468	1.283.262	1.265.854		
Insumos adquiridos de terceiros		(2.2.22)		/··			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços		(319.423)	(341.573)	(545.641)	(545.593)		
vendidos Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(118.556)	(114.669)	(192.120)	(194.915)		
Perda/recuperação de valores ativos		(7.474)	(7.541)	(7.959)	(7.541)		
Outros descontos, abatimentos e doacões		(4.426)	(3.632)	(8.637)	(4.762)		
• • • • • • • • • • • • • • • • • • •		(449.879)	(467.415)	(754.357)	(752.811)		
Valor adicionado bruto		229.515	217.053	528.905	513.043		
Depreciação, amortização e exaustão	11/12	(11.995)	(11.075)	(37.704)	(34.789)		
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	11/12	217.520	205.978	491.201	478.254		
raio: aaioioilaao ilquiao produzido pola companina			200.070				
Valor adicionado recebido em transferência							
Resultado da equivalência patrimonial	9	63.774	76.267	(13.676)	(6.223)		
Receitas financeiras	25	20.732	16.887	54.962	47.535		
Outras		13.964 98.470	8.868	13.961 55.247	12.164		
		90.470	102.022	55.247	53.476		
Valor adicionado total a distribuir		315.990	308.000	546.448	531.730		
	•						
Distribuição do valor adicionado							
Pessoal:		04.400		100 500			
Remuneração direta		64.190 24.098	55.689	130.539 49.828	115.990		
Benefícios FGTS		24.098 5.906	31.376 6.689	49.828 10.978	57.793 10.648		
1913		94.194	93.754	191.345	184.431		
		04.104	30.734	101.040	104.401		
Impostos, taxas e contribuições:							
Federais		72.281	60.318	131.618	125.006		
Estaduais		35.604	23.532	59.790	46.460		
Municipais	;	1.662	1.468	2.406	2.081		
Demuneração de conitel de terrorizado		109.547	85.318	193.814	173.547		
Remuneração de capital de terceiros: Juros		19.692	18.692	52.674	51.314		
Aluguéis		7.398	7.982	23.456	20.184		
	•	27.090	26.674	76.130	71.498		
Remuneração de capitais próprios:							
Dividendos	18	47.688	48.851	47.688	48.851		
Juros sobre o capital próprio	18	23.889	22.726	23.889	22.726		
Lucros retidos		13.582	30.677	13.582	30.677		
	•	85.159	102.254	85.159	102.254		
	•	315.990	308.000	546.448	531.730		

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Eternit S.A. ("Companhia" ou "Eternit"), com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. - BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 18).

A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Conta atualmente com 14 unidades industriais no Brasil, com filiais nas principais cidades brasileiras.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da sede	Atividade principal
SAMA S.A.	99,99%	99,99%	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do mineral crisotila.
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	99,99%	99,99%	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda.	99,99%	99,99%	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Engedis Distribuição Ltda.	99,94%	99,94%	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Wagner Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Wagner da Amazônia Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	99,99%	99,99%	Manaus/AM	Pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção. Não iniciou as suas operações até o fechamento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	60,00%	60,00%	Caucaia/CE	Importação, industrialização, comercialização, exportação, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo, assim como as informações correlacionadas à informação por segmento estão descritos na nota explicativa nº 26.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

Eventos operacionais relevantes

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº. 9.055/95 — Decreto nº. 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibiam a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, respectivamente, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propuseram a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI n° 3.357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, e da ADI n° 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto — votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurelio — votou pela inconstitucionalidade das leis -, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, e em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pelos

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional -- Continuação

Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2015 e 11 de março de 2015, respectivamente, para divulgação em 12 de março de 2015.

2. Base para preparação e políticas contábeis significativas

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

Políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério.

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base para preparação e políticas contábeis significativas--Continuação

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação--Continuação

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. - CSC, considerada com base nos parâmetros descritos no parágrafo anterior como empreendimento controlado em conjunto, que não é consolidada tendo seu resultado considerado nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio liquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, liquida de qualquer reembolso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.5. Instrumentos financeiros

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) <u>Identificação e valorização dos instrumentos financeiros</u>

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização.

iii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

i) Outros passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

Em 31 de dezembro 2014, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 13).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição no exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's. Esta demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras.

2.7. Norma, alterações e interpretações de normas

A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas que estão em vigor mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Companhia e entrarão em vigor em ou após 1 de janeiro de 2015:

Impacto nas

Norma	Requerimento	Demonstrações Financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. Vigência a partir de 01/01/2018.	O Grupo não espera que o IFRS 9 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A norma substituirá o IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações; os principais objetivos são: (i) eliminar inconsistências nos padrões de reconhecimento de receita, fornecendo princípios claros para o registro dos saldos contábeis; (ii) fornecer um modelo de reconhecimento de receita único, aprimorando a comparabilidade da informação contábil-financeira; e (iii) simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. Aplicar-se-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro. Vigência a partir de 01/01/2017.	O Grupo não espera que o IFRS 15 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 11 - Negócios em Conjunto	A norma estabelece que a entidade participante de uma <i>joint venture</i> (negócio em conjunto) deve aplicar os princípios relevantes relacionados ao <i>business combination</i> (combinação de negócios), inclusive preparando as divulgações requeridas pela norma aplicável à operação. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que o IFRS 11 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	O objetivo publicação é estabelecer que não é apropriado definir a base de depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo, por parte da entidade, dos futuros benefícios econômicos de um ativo. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IAS 16 e 38 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Norma, alterações e interpretações de normas--Continuação

Norma	Requerimento	Impacto nas Demonstrações Financeiras
Alteração IAS 27 - Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	A alteração cria a possibilidade de adoção do método da equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas nas demonstrações separadas. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IAS 27 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e associado ou joint venture (negócio em conjunto)	O objetivo da alteração é corrigir a inconsistência entre os requisitos do IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e o IAS 28 - Investimentos em Coligada, Controlada e Negócio em Conjunto, ao lidar com a perda de controle de uma subsidiária que é contribuída para uma coligada, controlada ou negócio em conjunto. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IFRS 10 e IAS 28 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação	A emissão esclarece(i) àqueles que atendem a definição de entidade de investimento como consolidar seus investimentos e relaciona às exceções à regra; e (ii) permite que outras entidades mantenham, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos (coligada ou negócio em conjunto) e não prossiga com a consolidação. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 1	Tem o objetivo de rever os conceitos anteriormente estabelecidos, tais como a relevância. A intenção do Comitê foi reafirmar o compromisso com a qualidade da informação contábil-financeira, que deve ser objetiva e de fácil compreensão. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IAS 1 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 7 Instrumentos financeiros (Divulgação) - Aplicabilidade das divulgações de offset às demonstrações financeiras condensadas	A alteração suprime a expressão "e períodos intermediários dentro desses períodos anuais" do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidas em demonstrações financeiras condensadas. No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue "uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual". Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IFRS 7 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 7 - Contratos de serviços	Esclarece que um contrato de serviço que inclui taxa de administração pode caracterizar constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza da taxa e disposição contra a orientação para o envolvimento continuado nos parágrafos IFRS 7.830 e IFRS 7.42C, a fim de avaliar se são necessárias as divulgações. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IFRS 7 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IAS 34 - Demonstração Intermediária - Divulgação de informações "em outras partes das demonstrações financeiras intermediárias"	Estabelece que as divulgações intermediárias necessárias devem ser incluídas ou nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que estejam incluídas dentro das informações intermediárias (por exemplo, no comentário da administração ou do relatório de risco). Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IAS 34 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Norma, alterações e interpretações de normas--Continuação

IAS 19 - Benefícios a Empregados - taxa de desconto	A alteração esclarece que títulos corporativos de alta qualidade de mercado devem ser avaliados com base na moeda em que é denominada a obrigação, ao invés do país em que a obrigação se encontra. Quando não existe mercado de títulos corporativos de alta qualidade em dada moeda, taxas de títulos de dívida pública deve ser utilizadas. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IAS 19 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 5 - Reclassificação de ativo não circulante mantido para venda e mantido para distribuição aos sócios/acionistas	Esclarece-se, através da emissão de guidance, as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais o critério para manterem esta classificação. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IFRS 5 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas novas revisadas, apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto relevante no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas-Continuação

3.1. Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Não houve redução do valor recuperável do ágio.

3.2. Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

3.3. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais o Grupo não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

3.4. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas-Continuação

3.5. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Caixa e bancos Aplicações em certificados de depósito bancários	5.711	9.516	11.690	11.100	
compromissados	-	-	1.677	2.195	
	5.711	9.516	13.367	13.295	

Em 31 de dezembro de 2014 as aplicações foram remuneradas por taxas médias de 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103% em 31 de dezembro de 2013), tendo basicamente em sua carteira, aplicações compromissadas. Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

5. Aplicações financeiras

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Fundos de investimentos	15.726	9.897	35.023	35.661	

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, operações compromissadas, remunerados pelas taxas médias de 102% da variação do CDI (103% em 31 de dezembro de 2013).

São aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

6. Contas a receber

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Mercado interno	74.634	73.487	109.199	112.241	
Mercado externo	-	-	73.753	55.521	
(-) Ajuste a valor presente		(432)	(330)	(1.362)	
	74.634	73.055	182.622	166.400	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.307)	(3.281)	(6.689)	(6.011)	
	71.327	69.774	175.933	160.389	

Composição do saldo de clientes por idade de vencimento

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
A vencer	69.637	65.939	166.787	146.010	
Valores vencidos:					
Até 30 dias	1.098	2.362	6.933	10.538	
Entre 30 e 60 dias	293	1.283	1.444	2.654	
Acima de 60 dias	299	190	769	1.187	
	71.327	69.774	175.933	160.389	

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo inicial	(3.281)	(3.242)	(6.011)	(6.518)	
Adição	(734)	(782)	(1.531)	(1.482)	
Reversão	79	380	87	497	
Baixa	629	363	766	1.492	
Saldo final	(3.307)	(3.281)	(6.689)	(6.011)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

7. Estoques

Política contábil

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2014 31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013	
Produtos acabados	36.060	41.554	88.370	72.551	
Produtos semi-acabados	-	-	2.444	2.116	
Revenda	7.749	9.751	12.343	14.698	
Matérias-primas	21.793	29.854	21.503	31.142	
Materiais auxiliares	5.658	5.091	25.671	22.789	
(-) Provisão para perdas (*)	(1.865)	(417)	(2.238)	(1.352)	
	69.395	85.833	148.093	141.944	

^(*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está assim representada:

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo inicial	(417)	-	(1.352)	(935)	
Provisão	(1.865)	(443)	(2.009)	(443)	
Reversão	417	26	1.123	26	
Saldo final	(1.865)	(1.865) (417)		(1.352)	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram consumidos o equivalente a R\$257.513 (R\$ 259.318 em dezembro de 2013) em matérias-primas registrado como custo na Controladora e R\$ 409.669 (R\$ 395.647 em dezembro de 2013) no Consolidado, conforme mencionado na nota explicativa 23.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

8. Impostos a recuperar

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Circulante:	•			_	
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço -ICMS	1.760	1.005	3.803	2.131	
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	204	191	401	413	
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	602	8.285	1.051	8.690	
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	140	2.243	194	2.311	
Imposto de renda retido na fonte juros sobre capital próprio	996	3.400	996	3.400	
Fundo - FOMENTAR - ICMS (*)	1.661	1.197	1.661	1.197	
Contribuição para financiamento da seguridade social-					
COFINS e outros	672	221	2.267	1.506	
	6.035	16.542	10.373	19.648	
Não circulante:					
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço -ICMS	1.164	1.218	2.705	4.021	
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	13.841	13.363	13.841	13.363	
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	7.910	7.638	7.910	7.638	
	22.915	22.219	24.456	25.022	

^(*) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, com objetivo de incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás.

9. Investimentos

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas e da controlada em conjunto da Companhia:

Resumo da composição dos investimentos:

				C	ontrolado	ra		
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	csc	Tégula	Wagner	Total
Investimentos Mais valia dos ativos	11.685	23.985	7.830	90.385	34.338	67.134	4.164	239.521
líquidos	_	-	-	16.559	-	-	-	16.559
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.685	23.985	7.830	106.944	34.338	67.134	4.164	256.080

Controlodoro

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

9. Investimentos--Continuação

	Eternit da							
	Amazônia	Precon	Prel	SAMA	CSC	Tégula	Wagner	Total
Em 01 de janeiro 2013	-	17.578	7.821	107.183	13.029	72.246	4.059	221.916
Dividendos	-	(7.222)	(2.653)	(65.112)	-	-	-	(74.987)
Juros sobre o capital próprio	-	(829)	-	(4.492)	-	-	-	(5.321)
Resultado da equivalência								
patrimonial	(938)	10.694	2.890	70.304	(6.223)	(459)	(1)	76.267
Equivalência dos resultados								
abrangentes	-	-	-	428	-	-	-	428
Aporte de capital	200	-	-	-	29.226	-	-	29.426
Em 31 de dezembro 2013	(738)	20.221	8.058	108.311	36.032	71.787	4.058	247.729
Dividendos	-	(7.121)	(2.803)	(65.691)	-	-	-	(75.615)
Juros sobre o capital próprio	-	(955)	-	(4.509)	-	-	-	(5.464)
Resultado da equivalência								
patrimonial	(4.075)	11.842	3.080	70.935	(13.676)	(4.455)	123	63.774
Reversão Correção Monetária								
Complementar - IFRS	-	(2)	(505)	(221)	-	(198)	(17)	(943)
Equivalência dos resultados								
abrangentes		-	-	(1.881)		-	-	(1.881)
Aporte de capital	16.498	-	-	-	11.982	-	-	28.480
Em 31 de dezembro de 2014	11.685	23.985	7.830	106.944	34.338	67.134	4.164	256.080

O saldo de investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 34.338 (R\$ 36.032 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao investimento na controlada em conjunto com a CSC.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

9. Investimentos--Continuação

Demonstramos abaixo os saldos das empresas controladas e participação em joint venture em 31 de dezembro de 2014:

	-		Joint Venture				
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	Tégula	Wagner	Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.
Ativo circulante	4.947	23.230	4.059	166.231	32.799	3.956	65.074
Ativo não circulante	114.301	14.696	4.555	114.707	59.348	1.785	115.580
Passivo circulante	59.281	9.851	783	128.748	11.987	16	54.518
Passivo não circulante	48.281	4.089	-	57.161	13.020	1.554	68.907
Patrimônio líquido	11.686	23.986	7.831	95.029	67.141	4.171	57.229
Participação proporcional	99,9900%	99,9946%	99,9977%	99,9977%	99,9900%	99,8400%	60%
Valor contábil do investimento	11.685	23.985	7.830	95.027	67.134	4.164	34.338
Receita operacional líquida	-	77.869	_	407.789	79.049	-	39.491
Custo dos produtos vendidos	-	(54.208)	-	(206.966)	(55.799)	-	(33.315)
Lucro não realizado nos		, ,		,	,		,
estoques	-	-	-	85	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) de							
operações em continuidade	(4.076)	11.842	3.080	70.935	(4.455)	123	(22.793)
Atribuível a:							
Participação da Companhia	(4.075)	11.842	3.080	70.933	(4.455)	123	(13.676)

10. Partes relacionadas

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Ativo Circulante				Ativo Passivo Não Circulante Circulante				Passivo Não Circulante				
		tas a eber	Dividendos		Dividendos		Dividendos Mútuo ativo		Fornecedores Outras conta a pagar			Mútuo passivo	
	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13	
Eternit da Amazônia (ii) e													
(iii)	53	1.062	-	-	20.150	-	-	-	-	-	-	-	
Precon (i) e (ii)	980	488	1.964	7.926	-	-	-	-	8	-	-	-	
SAMA (ii) e (iii)	311	169	19.974	8.735	-	-	7.544	7.128	29	26	31.763	29.108	
Prel	-	-	654	2.653	-	-	-	-	91	88			
Tégula (i) e (ii)	127	96	706	706	8.421	7.705	-	-	-	1	-	-	
Companhia Sulamericana de													
Cerâmica (i) e (iii)	2.427	9.780	-	-	726	2.018	-	-	-	-	-	-	

⁽i) Existem compras e vendas entre partes relacionadas, portanto os saldos referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila) e/ou produtos acabados, eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O empreendimento controlado em conjunto, que possui consolidação por equivalência patrimonial, não é eliminado no consolidado.

⁽ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento pré-determinado.

⁽iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem os encargos IOF, IRRF e variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

10. Partes relacionadas--Continuação

a) <u>Saldos e transações da controladora com partes relacionadas</u>--Continuação

	Controladora							
	Vendas Com			pras	Des	Outras receitas		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Precon	2.710	8.880	-	-	-	-	-	-
Tégula	464	385	-	-	-	-	-	-
CSC	1.706	-	-	-	-	-	-	-
SAMA	-	-	78.335	70.264	-	-	-	-
Descontos								
obtidos -								
SAMA	-	-	30	-	-	-	-	-
Despesas								
administrativa								
s - Prel	-	-	1.056	500	-	-	-	-
Juros sobre								
mútuo -					0.404	0.400		
SAMA	-	-	-	-	3.124	2.183	-	-
Juros sobre								
mútuo -							044	F70
Tégula	-	-	-	-	-	-	844	578
JCP - SAMA	-	-	-	-	-	-	4.509	4.492
JCP - Precon	-	-	-	-	-	-	955	828

As transações de compras e vendas entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não existem garantias em aberto com partes relacionadas, e não existem provisões para redução de saldo de contas a receber de partes relacionadas.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo pagou a seus administradores benefícios de curto prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Salários, honorários e benefícios	4.599	5.082	5.559	6.014	
Encargos sociais	1.288	1.430	1.599	1.735	
Participação nos lucros - PLRE	1.797	3.642	2.372	4.316	
Bônus complementar	735	2.419	1.062	3.093	
Benefícios pós-emprego	82	229	93	387	
	8.501	12.802	10.685	15.545	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

10. Partes relacionadas--Continuação

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração--Continuação

O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo concede bônus complementar, a título de PLRE, aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE recebido em ações da Companhia. Esse bônus complementar será proporcional ao valor líquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição de ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos após a aquisição para negociação das ações, limitada a 30% após o terceiro ano, 30% após o quarto ano, 30% após o quinto ano e 10% ficarão retidos e só poderão ser negociados quando do desligamento/ aposentadoria do diretor. Os diretores devem também respeitar as regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02.

O plano de incentivo para a compra de ações não se enquadra como pagamento baseado em ações (CPC 10 R1 - Pagamento Baseado em Ações), uma vez que o executivo não recebe ações diretamente da Eternit, e sim, recebe o montante equivalente a 100% distribuído como PLRE e compra as ações da Companhia mediante corretora de valores externa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a posição acionária da Diretoria era de 2.121.148 ações - ETER3 (995.283 ações - ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

11. Imobilizado

Política contábil

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

11. Imobilizado--Continuação

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo,

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

11. Imobilizado--Continuação

	Controladora									
		Edifícios e	Máquinas e	Ferramentas			Móveis e	Equipamentos	Imobilizações	
	Terrenos	Benfeitorias	equipamentos	e moldes	Instalações	Veículos	utensílios	de informática	em andamento	Total
Custo										
Saldos em 01 de janeiro de 2013	701	32.165	94.939	12.877	77.109	3.578	5.109	3.372	12.717	242.567
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	36.913	36.913
Baixas	-	-	(381)	-	(272)	(791)	(36)	(103)	-	(1.583)
Transferências		639	7.093	78	2.251	-	670	735	(11.466)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	701	32.804	101.651	12.955	79.088	2.787	5.743	4.004	38.164	277.897
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	22.863	22.863
Baixas	(553)	(16)	(664)	(4)	(178)	(1.221)	(73)	(196)	(14.473)	(17.378)
Transferências	1.873	697	9.027	131	4.836	93	374	543	(17.574)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.021	33.485	110.014	13.082	83.746	1.659	6.044	4.351	28.980	283.382
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	15%	10%	20%	10%	20%	-	-
Depreciação acumulada										
Saldos em 01 de janeiro de 2013	-	(18.631)	(44.152)	(8.651)	(40.643)	(2.531)	(2.310)	(2.589)	-	(119.507)
Adições	-	(722)	(1.852)	(1.087)	(5.542)	(259)	(452)	(342)	-	(10.256)
Baixas	-	-	358	-	72	734	26	101	-	1.291
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(19.353)	(45.646)	(9.738)	(46.113)	(2.056)	(2.736)	(2.830)	-	(128.472)
Adições	-	(742)	(2.934)	(928)	(5.509)	(120)	(477)	(393)	-	(11.103)
Baixas	-	16	273	2	173	1.140	54	194	-	1.852
Transferências		-	29	-	(30)	-	1	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2014		(20.079)	(48.278)	(10.664)	(51.479)	(1.036)	(3.158)	(3.029)	•	(137.723)
Valor residual										
Em 01 de janeiro de 2013	701	13.534	50.787	4.226	36.466	1.047	2.799	783	12.717	123.060
Em 31 de dezembro de 2013	701	13.451	56.005	3.217	32.975	731	3.007	1.174	38.164	149.425
Em 31 de dezembro de 2014	2.021	13.406	61.736	2.418	32.267	623	2.886	1.322	28.980	145.659

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

11. Imobilizado--Continuação

							Conso	lidado						
					_			Veículos			_		lmobilizações	
	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Ferramentas e moldes	i Instalações	Veículos	fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	em andamento	Total
Custo	Terrenos	Demenorias	equipamentos	extração	e moides	ilistalações	veiculos	estraua	uterisiilos	ue illioi illatica	ua IIIIIa	IIIIIerais	andamento	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	4.084	80.585	181.492	24.610	26.479	208.398	25.051	4.280	15.366	7.514	5.778	13.387	16.070	613.094
Adições		283	3.472	24.010	64	133	161	- .200	844	129	5.776	10.007	55.041	60.127
Baixas	_	-	(786)	_	(215)	(324)	(968)	_	(553)	(317)	_	_	-	(3.163)
Transferências		672	11.595	2.960	395	8.187	461	259	1.671	1.127	_	-	(27.327)	-
Saldos em 31 de dezembro de		***											(=::==:)	
2013	4.084	81.540	195.773	27.570	26.723	216.394	24.705	4.539	17.328	8.453	5.778	13.387	43.784	670.058
Adições	-	25	627	-	7	92	855	-	52	119	-	-	98.676	100.453
Baixas	(553)	(906)	(1.461)	(7)	(6)	(178)	(2.435)	(2.763)	(194)	(309)	-	-	-	(8.812)
Transferências	1.873	1.360	12.865	2.495	131	13.860	550	-	1.052	1.052	-	-	(35.238)	-
Saldos em 31 de dezembro de														
2014	5.404	82.019	207.804	30.058	26.855	230.168	23.675	1.776	18.238	9.315	5.778	13.387	107.222	761.699
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	28,4%	15%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-
D														
Depreciação acumulada		(40,000)	(101 500)	(15.004)	(17 505)	(1.47.400)	(11.001)	(0.050)	(7 FEO)	/F 0.40\	(00E)	(0.070)		(000 007)
Saldos em 01 de janeiro de 2013	-	(46.226)	(101.538)	(15.034)	(17.535)	(147.493)	(11.861)	(3.856)	(7.550)	(5.840)	(825)	(2.879)	-	(360.637)
Adições Baixas	-	(1.755)	(4.424)	(4.028)	(2.645) 207	(11.046) 124	(5.731)	(185)	(1.515)	(685)	(494)	(696)	-	(33.204) 2.847
Transferências	-	-	762 29	-	207	124	912	-	535 (29)	307	-	-	-	2.847
Saldos em 31 de dezembro de		-	29		-				(29)				-	
2013		(47.981)	(105.171)	(19.062)	(19.973)	(158.415)	(16.680)	(4.041)	(8.559)	(6.218)	(1.319)	(3.575)	_	(390.994)
Adições		(1.752)	(6.311)	(4.491)	(2.369)	(11.925)	(5.561)	(180)	(1.575)	(796)	(231)	(696)	_	(35.887)
Baixas	-	565	703	7	4	173	2.334	2.617	161	302	(=0.)	-	_	6.866
Transferências			28	-	-	(30)	-	-	(2)	4	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de						. ,			. ,					
2014		(49.168)	(110.751)	(23.546)	(22.338)	(170.197)	(19.907)	(1.604)	(9.975)	(6.708)	(1.550)	(4.271)	-	(420.015)
Valor residual	4.007	04.050	70.054	0.570	0.044	00.005	40.400	40.4	7.046	4.074	4.050	40 500	40.070	050 457
Em 01 de janeiro de 2013	4.084	34.359	79.954	9.576	8.944	60.905	13.190	424	7.816	1.674	4.953	10.508	16.070	252.457
Em 31 de dezembro de 2013 Em 31 de dezembro de 2014	4.084 5.404	33.559 32.851	90.602 97.053	8.508 6.512	6.750 4.517	57.979 59.971	8.025 3.768	498 172	8.769 8.263	2.235 2.607	4.459 4.228	9.812 9.116	43.784 107.222	279.064 341.684
Em 31 de dezembro de 2014	5.404	32.001	97.053	0.512	4.517	39.9 <i>1</i> I	3.708	1/2	8.∠63	2.007	4.228	9.116	107.222	341.004

Em razão de processos judiciais, a controlada SAMA ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) no valor residual de R\$ 1.172 (R\$1.272 em 31 de dezembro de 2013).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

12. Intangível

Política contábil

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio.

Consulte a nota explicativa número 11.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

12. Intangível -- Continuação

		Softw	are em			
Controladora	Software	anda	mento	Outros	Total	
<u>Custo</u>						
Saldo em 01 de janeiro de 2013	7.185		-	11	7.196	
Adições	45	2	2.844	-	2.889	_
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.230	2	2.844	11	10.085	
Adições	133		2.612	-	2.745	
Transferência	3.756		.756)	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.119		1.700	11	12.830	-
Vida útil (em anos) Amortização	5		-	-	-	
Saldo em 01 de janeiro de 2013	(4.682)		_	_	(4.682)	
Adições	(819)		_	_	(819)	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(5.501)		-	-	(5.501)	_
Adições	(892)		-	-	(892)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(6.393)		-	-	(6.393)	_
Valor residual Saldo em 01 de janeiro de 2013	2.503		_	11	2.514	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.729		2.844	11	4.584	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.726		2.044 1.700	11	6.437	
Saldo em 51 de dezembro de 2014	7.720		1.700	••	0.437	
Consolidado	Software	Ágio	Marcas e patentes	Software em andamento	Outros	Total
Consolidado Custo	Software	Ágio	Marcas e patentes	Software em andamento	Outros	Total
Custo			patentes			
<u>Custo</u> Saldo em 01 de janeiro de 2013	13.143	Ágio 19.995	patentes 1.156	andamento -	Outros 75	34.369
Custo	13.143 325		patentes	andamento - 3.636		
<u>Custo</u> Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Transferências	13.143 325 792	19.995 - -	1.156 260	andamento -	75 - -	34.369 4.221
Custo Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.143 325 792 14.260		patentes 1.156	3.636 (792) 2.844		34.369 4.221 - 38.590
<u>Custo</u> Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Transferências	13.143 325 792	19.995 - -	1.156 260	3.636 (792) 2.844 3.211	75 - -	34.369 4.221
Custo Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições	13.143 325 792 14.260 552	19.995 - -	1.156 260	3.636 (792) 2.844	75 - - 75 -	34.369 4.221 - 38.590
Custo Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências	13.143 325 792 14.260 552 4.355	19.995 - - 19.995 -	1.156 260 - 1.416	3.636 (792) 2.844 3.211 (4.355)	75 - - 75 -	34.369 4.221 - 38.590 3.763
Custo Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos)	13.143 325 792 14.260 552 4.355	19.995 - - 19.995 -	1.156 260 - 1.416	3.636 (792) 2.844 3.211 (4.355)	75 - - 75 -	34.369 4.221 - 38.590 3.763
Custo Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização	13.143 325 792 14.260 552 4.355 19.167	19.995 - - 19.995 -	1.156 260 - 1.416	3.636 (792) 2.844 3.211 (4.355)	75 - - 75 - - 75	34.369 4.221 38.590 3.763 - 42.353
Custo Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013	13.143 325 792 14.260 552 4.355 19.167 5	19.995 - - 19.995 -	1.156 260 - 1.416	3.636 (792) 2.844 3.211 (4.355)	75 - - 75 -	34.369 4.221 38.590 3.763 42.353
Custo Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições	13.143 325 792 14.260 552 4.355 19.167 5 (8.328) (1.585)	19.995 - - 19.995 -	1.156 260 - 1.416	3.636 (792) 2.844 3.211 (4.355)	75 - - 75 - - 75	34.369 4.221 38.590 3.763 - 42.353
Custo Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.143 325 792 14.260 552 4.355 19.167 5 (8.328) (1.585) (9.913)	19.995 - - 19.995 - - 19.995	1.156 260 - 1.416 - 1.416	3.636 (792) 2.844 3.211 (4.355) 1.700	75 - - 75 - 75 - (1)	34.369 4.221 38.590 3.763 - 42.353 (8.329) (1.585) (9.914)
Custo Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições	13.143 325 792 14.260 552 4.355 19.167 5 (8.328) (1.585) (9.913) (1.817)	19.995 - - 19.995 - - 19.995	1.156 260 - 1.416 - 1.416	3.636 (792) 2.844 3.211 (4.355) 1.700	75 - - 75 - - 75 - (1) - (1)	34.369 4.221 38.590 3.763 - 42.353 (8.329) (1.585) (9.914) (1.817)
Custo Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.143 325 792 14.260 552 4.355 19.167 5 (8.328) (1.585) (9.913)	19.995 	1.156 260 - 1.416 - 1.416	3.636 (792) 2.844 3.211 (4.355) 1.700	75 - - 75 - - 75	34.369 4.221 38.590 3.763 - 42.353 (8.329) (1.585) (9.914)
Custo Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.143 325 792 14.260 552 4.355 19.167 5 (8.328) (1.585) (9.913) (1.817)	19.995 - - 19.995 - - 19.995	1.156 260 - 1.416 - 1.416	3.636 (792) 2.844 3.211 (4.355) 1.700	75 - - 75 - - 75 - (1) - (1)	34.369 4.221 38.590 3.763 - 42.353 (8.329) (1.585) (9.914) (1.817)
Custo Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2014 Valor residual	13.143 325 792 14.260 552 4.355 19.167 5 (8.328) (1.585) (9.913) (1.817) (11.730)	19.995 	1.156 260 1.416 1.416	3.636 (792) 2.844 3.211 (4.355) 1.700	75 - - 75 - - (1) - (1) - (1)	34.369 4.221 38.590 3.763 - 42.353 (8.329) (1.585) (9.914) (1.817) (11.731)
Custo Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2014 Valor residual Saldo em 01 de janeiro de 2013	13.143 325 792 14.260 552 4.355 19.167 5 (8.328) (1.585) (9.913) (1.817) (11.730)	19.995 	1.156 260 1.416 - - - - - - - - - - - - - - - - -	andamento 3.636 (792) 2.844 3.211 (4.355) 1.700	75 - - 75 - 75 - (1) - (1) - (1)	34.369 4.221 38.590 3.763 42.353 (8.329) (1.585) (9.914) (1.817) (11.731)
Custo Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2014 Valor residual	13.143 325 792 14.260 552 4.355 19.167 5 (8.328) (1.585) (9.913) (1.817) (11.730)	19.995 	1.156 260 1.416 1.416	3.636 (792) 2.844 3.211 (4.355) 1.700	75 - - 75 - - (1) - (1) - (1)	34.369 4.221 38.590 3.763 - 42.353 (8.329) (1.585) (9.914) (1.817) (11.731)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

13. Fornecedores

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Mercado Interno	20.528	15.718	39.408	31.977	
Mercado Externo	2.330	6.947	2.743	7.570	
(-) Ajuste valor presente (mercado interno/externo)	-	(221)	-	(254)	
	22.858	22.444	42.151	39.293	

14. Empréstimos e financiamentos

Política contábil

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

No exercício de 2014 o Grupo efetuou capitalização de custos com empréstimos de imobilizados em andamento, totalizando o montante de R\$7.766 (R\$2.737 em 2013).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	<u>-</u>	Contro	oladora	Consc	lidado
	Taxa de juros e comissões - %	2014	2013	2014	2013
Circulante: Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,14% a 10% a.a. + TJLP	1.225	628	6.595	6.072
Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,03% a 3,56% a.a	1.841	8.316	13.255	10.854
Moeda nacional (leasing financeiro) para aquisição de veículo	1,23% a.a	-	-	363	-
Moeda nacional para capital de giro	De 0,9% + 100% CDI	-	-	10.391	-
Moeda estrangeiro para capital de giro (ACE - Adiantamento de Contrato de Exportação)	Média de 1.68% a.a	-	-	58.342	39.955
, , ,	·	3.066	8.944	88.946	56.881
Não circulante:					
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,14% a 10% a.a. + TJLP	3.409	1.750	8.254	11.566
Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,03% a 3,56% a.a	1.720	12.618	30.491	14.233
Moeda nacional (leasing financeiro) para aquisição de veículo	1,23% a.a	-	-	233	-
	- -	5.129	14.368	38.978	25.799

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de pagamento do não circulante:				
2015	-	11.328	-	17.663
2016	2.084	2.336	13.470	6.161
2017	2.067	490	11.429	1.210
2018	924	214	9.641	562
2019	54	-	4.438	203
	5.129	14.368	38.978	25.799

O Grupo possui contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas não financeiras pelos quais estão em conformidade em 31 de dezembro de 2014.

15. Obrigações com pessoal

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Férias	7.843	6.760	15.077	12.980
Participação nos lucros e resultados (a)	2.381	3.704	8.671	10.145
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	555	593	1.011	1.008
Instituto nacional do seguro social - INSS	1.951	1.848	3.476	3.367
Outros	8	75	422	509
	12.738	12.980	28.657	28.009

⁽a) O Grupo concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com as empresas do Grupo. A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

Participa lucros e re	3
31/12/2014	31/12/2013
4.269	5.785
11.117	13.168

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

16. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Contro	oladora	Consc	olidado
Circulante:	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	863	8.923	12.242
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	-	-	1.751	2.432
Demais tributos				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços				
- ICMS	6.162	6.304	9.026	9.372
Imposto sobre produtos Industrializados - IPI	2.345	1.824	2.686	2.107
Contribuição para financiamento da seguridade social -				
COFINS	1.408	1.405	2.274	3.258
Programa de integração social - PIS	280	281	467	683
Impostos de renda retido na fonte-IRRF	1.394	1.331	2.128	1.943
Contribuição financeira de compensação de recursos				
minerais	-	-	1.413	1.515
Outros	277	218	513	463
Total Circulante	11.866	12.226	29.181	34.015
Não circulante:				
Imposto sobre circularização de				
mercadorias e serviços - ICMS(*)	7.787	7.697	10.605	9.432

^(*) ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais PRODUZIR e DESENVOLVE na controladora e FOMENTAR na controlada Precon como também FUNDOPEM e PRODUZIR na controlada Tégula.

17. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

Política contábil

Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

I) Benefícios futuros de saúde

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos são revisados em bases anuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

17. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados—Continuação

- I) <u>Benefícios futuros de saúde</u>--Continuação
 - a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/2014	31/12/2013
Taxa anual de juro atuarial real	6,09%	6,32%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	3,80%
Taxa anual de inflação projetada	6,49%	5,80%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

b) Passivo de plano de benefício futuro a ex-empregados

	Contro	Controladora		olidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante	2.511	2.174	3.677	3.861
Não circulante	27.730	23.710	41.654	34.527
	30.241	25.884	45.331	38.388

c) Despesa líquida com benefício em 2014 (reconhecida no resultado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014 31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013
Custo dos juros e serviços corrente	3.232	1.813	4.793	3.049
Benefícios pagos	(2.452)	(2.209)	(4.377)	(4.209)
Resultado líquido com benefício	780	(396)	416	(1.160)

d) As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são:

	Controladora	Consolidado
Obrigações de benefícios definidos em 01 de janeiro de 2013	22.363	32.029
Custo dos juros e serviços corrente	1.813	3.049
Benefícios pagos	(2.209)	(4.209)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2013	21.967	30.869
Custo dos juros e serviços corrente	3.232	4.793
Benefícios pagos	(2.452)	(4.377)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2014	22.747	31.285

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

17. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados—Continuação

e) Mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano em 2014:

	Controladora	Consolidado
01 de janeiro de 2014	25.884	38.388
Custo dos juros e serviços corrente	3.232	4.793
Benefícios pagos	(2.452)	(4.377)
Ajuste de experiência	3.577	6.527
31 de dezembro de 2014	30.241	45.331

f) Análise de sensibilidade:

Controladora		idade da taxa obrigações d	•		ade do crescir lios sobre as o calculadas	
		Aumento	Redução		Aumento	Redução
	Real	1%	1%	Real	1%	1%
Impacto na obrigação com benefício líquida	30.241	27.747	32.999	30.241	32.889	27.934
Variação		(8,25%)	9,12%		8,76%	(7,63%)
Consolidado		idade da taxa obrigações c	•		ade do crescin ios sobre as o calculadas	brigações
Consolidado			•		ios sobre as o	
Consolidado		obrigações c	alculadas		ios sobre as o calculadas	brigações
Consolidado Impacto na obrigação com benefício líquida	sobre as	obrigações o Aumento	alculadas Redução	custos méd	ios sobre as o calculadas Aumento	brigações Redução

A análise de sensibilidade acima foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

17. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados—Continuação

g) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolic	lado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Dentro dos próximos 12 meses	2.511	2.174	3.677	3.224
Entre 2 e 5 anos	9.472	7.543	14.458	11.188
Entre 5 e 10 anos	9.213	7.519	13.499	11.152
Após 10 anos	9.045	8.648	13.697	12.824
	30.241	25.884	45.331	38.388

II) Plano de suplementação de aposentadoria

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. Não há provisão registrada em dezembro de 2014.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Grupo e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Contribuições efetuadas no exercício findo em:	1.444	3.017	4.081	3.864

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

18. Patrimônio líquido

Polítca contábil

Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 334.251.

Em 24 de setembro de 2014 foi realizada a Assembleia Geral Extraorinária e foi deliberado o desdobramento das ações ordinárias da Companhia. Em 25 de setembro de 2014 cada 1 (uma) ação emitida pela Companhia passou a ser representada por 2 (duas) ações da mesma espécie e sem modificação do capital social. As 89.500.000 ações passaram a ser representadas por 179.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, e era distribuído como segue na data de 31 de dezembro de 2014:

	31/12/2014		31/12	2/2013
Composição acionária	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	9.012	116.445.329	7.866	54.545.407
Pessoas jurídicas	94	3.102.086	97	1.619.554
Pessoas residentes no exterior	137	18.680.383	146	11.422.700
Clubes, fundos e fundações	114	40.713.470	131	21.882.973
-	9.357	178.941.268	8.240	89.470.634
Ações em tesouraria	-	58.732	-	29.366
-	9.357	179.000.000	8.240	89.500.000

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

18. Patrimônio líquido--Continuação

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2014, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 95 (R\$257 em 31 de dezembro de 2013).

c) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Efeito da diluição Lucro líquido do período atribuível aos minoritários	85.159	102.254
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	178.941	89.471
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,48	1.14

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

d) <u>Dividendos</u>

Os dividendos propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram os seguintes:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
RCA (*) de 07 de maio de 2014	28/05/2014	11.900	0,133
RCA (*) de 06 de agosto de 2014	27/08/2014	11.899	0,133
RCA (*) de 05 de novembro de 2014	27/11/2014	11.900	0,067
RCA (*) de 11 de março de 2015	31/03/2015	11.989	0,067
		47.688	

 $^{(\}mbox{\ensuremath{^{\star}}})$ RCA - Reunião do Conselho de Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

18. Patrimônio líquido--Continuação

e) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio propostos para o o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram:

	Início de	Valor	Valor por	
Evento	pagamento	total	ação - R\$	
RCA (*) de 07 de maio de 2014	28/05/2014	5.994	0,067	
RCA (*) de 06 de agosto de 2014	27/08/2014	5.995	0,067	
RCA (*) de 05 de novembro de 2014	27/11/2014	5.995	0,034	
RCA (*) de 19 de dezembro de 2014	31/03/2015	5.905	0,033	
		23.889	•	

^(*) RCA - Reunião do Conselho de Administração.

Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2014, representa:

	Controladora e consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	
Juros sobre capital próprio	5.204	4.639	
Dividendos	11.989	12.436	
Proventos de exercícios anteriores	704	806	
	17.897	17.881	

f) Destinação do resultado do exercício

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	
Lucro líquido do exercício	85.159	102.254	
Constituição de Reservas			
Legal	(4.258)	(5.113)	
Estatutária (i)	(4.258)	(5.113)	
Subvenção de Investimento	-	(754)	
Retenção de lucros	(5.066)	(19.697)	
Lucro disponível	71.577	71.577	
Dividendos propostos e pagos	47.688	48.851	
Juros sobre capital próprio propostos e pagos	23.889	22.726	
Total	71.577	71.577	
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	19.161	23.007	

⁽i) Conforme disposto no Estatuto Social, a reserva estatutária será destinada à manutenção do capital de giro da sociedade, até atingir 10% do capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

18. Patrimônio líquido--Continuação

f) <u>Destinação do resultado do exercício</u>--Continuação

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, consequentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos nesse orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção do lucro líquido remanescente do exercício de 2014, no montante de R\$ 5.066, totalizando em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 102.603 na rubrica "Reserva de retenção de lucros".

g) Orçamento de capital - aplicação de recursos

Projetos - 2015	
Manutenção e atualização do parque industrial	29.557
 Instalação de unidade de pesquisa, desenvolvimento e 	
produção de insumos para materiais de construção	4.625
Investimento estratégico	5.608
	39.790

19. Subvenção governamental

Política contábil

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Tégula - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir

A empresa Tégula Soluções para Telhados possui beneficio fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no munícipio de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 6.875 com um prazo para obter o beneficio até 31/12/2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

19. Subvenção governamental -- Continuação

Tégula - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o valor do benefício totalizou R\$ 971 (R\$ 898 em 31 de dezembro de 2013). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Precon - Subvenção para investimento - Agência de Fomento Goiás S.A empresa do Estado de Goiás - FOMENTAR

A Precon Goiás Industrial Ltda. possui o beneficio fiscal de redução de 70% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no munícipio de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 31.880, com um prazo para obter o beneficio até 31/12/2020.

No exercício de 2014 o valor do benefício totalizou R\$ 3.457 (R\$ 2.439 em 31 de dezembro de 2013. O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a Companhia se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Eternit - Subvenção para investimento - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

A Companhia possui o benefício de redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não Restituíveis com base no Lucro da Exploração em favor da Eternit S.A. O prazo do benefício expira no ano calendário 2020.

O histórico das leis e concessão do benefício fiscal relacionados a cada um dos programas mencionados nesta nota explicativa foram divulgados pela administração nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

20. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	86.401	99.734	130.084	142.229
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas				
nominais	(29.376)	(33.910)	(44.228)	(48.357)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças				
permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	21.683	25.930	(4.650)	(2.116)
Juros sobre o capital próprio	6.264	5.918	8.122	7.727
Doações e brindes	(485)	(158)	(2.048)	(904)
Tributos e multas indedutíveis	(48)	(28)	(98)	(152)
Incentivo Fiscal	32	51	692	714
Outras (adições) exclusões sobre diferenças				
permanentes	688	4.717	(2.714)	3.115
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.242)	2.520	(44.924)	(39.973)
Taxa Efetiva	-1,4%	2,5%	-34,5%	-28,1%

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 encontra-se resumida a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais--Continuação

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social corrente	(858)	472	(41.309)	(41.489)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(384)	2.048	(3.615)	1.516
	(1.242)	2.520	(44.924)	(39.973)

A Administração optou por não antecipar os efeitos do novo regime tributário em 2014 visto que entende que não há impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

Controladora		Conso	lidado
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
5.108	5.483	14.779	15.154
10.282	8.800	15.413	13.052
8.059	7.682	16.773	15.485
-	-	2.392	2.348
-	-	703	610
810	1.259	1.972	2.811
1.750	1.750	1.750	1.750
-	-	-	2.271
(1.259)	(937)	(483)	1.631
24.750	24.037	53.299	55.112
	5.108 10.282 8.059 - 810 1.750 - (1.259)	5.108 5.483 10.282 8.800 8.059 7.682	31/12/2014 31/12/2013 31/12/2014 5.108 5.483 14.779 10.282 8.800 15.413 8.059 7.682 16.773 - - 2.392 - - 703 810 1.259 1.972 1.750 1.750 1.750 - - - (1.259) (937) (483)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Expectativa de realização dos créditos tributários

i. Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia e de sua controlada Tégula, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2014
2015	552	1.456
2016	331	897
2017	659	1.567
2018	659	1.689
2019 a 2024	2.907	9.170
	5.108	14.779

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

A controlada Tégula, em 31 de dezembro de 2014, tinha saldo de prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 32.582 e saldo de base negativa de contribuição social de R\$ 32.733, para os quais não foram constituídos impostos diferidos, em virtude de não haver, até 31 de dezembro de 2014, projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Expectativa de realização dos créditos tributários--Continuação

ii. <u>Diferenças temporárias</u>

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos de renda e contribuições sociais diferidas decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2014
2015	3.862	5.606
2016	1.768	4.334
2017	1.768	3.819
2018	1.768	5.323
2019 a 2024	10.476	19.438
	19.642	38.520

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido do Grupo e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

21. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

Consolidado

	Contro	nauora	Consu	iluauu	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Processos trabalhistas (i)	20.258	19.780	29.225	29.219	
Processos cíveis	-	-	4.930	4.397	
Processos tributários (ii)	5.968	5.335	25.394	21.043	
	26.226	25.115	59.549	54.659	

Na área trabalhista os principais processos contemplam

 Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias entre outras.

Na área tributária os principais processos englobam

- Diferença de valores recolhidos a título de ICMS; e
- Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS.

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

	Controladora		
	Provisões	Provisões	
	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2013	17.214	5.443	22.657
Adições	3.678	1.918	5.596
Reversões	(1.112)	(2.026)	(3.138)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	19.780	5.335	25.115
Adições	3.973	1.266	5.239
Baixas	(1.801)	-	(1.801)
Reversões	(1.694)	(633)	(2.327)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	20.258	5.968	26.226

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

21. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

ii) <u>Na área tributária os principais processos englobam</u>--Continuação

	Consolidado			
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2013	26.321	4.346	20.449	51.116
Adições	5.546	508	3.650	9.704
Pagamentos	(168)	-	-	(168)
Reversões	(2.480)	(457)	(3.056)	(5.993)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	29.219	4.397	21.043	54.659
Adições	5.557	533	8.353	14.443
Baixas	(1.801)	-	(388)	(2.189)
Reversões	(3.750)	-	(3.614)	(7.364)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.225	4.930	25.394	59.549

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível

Em 31 de dezembro de 2014, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 10.863 (R\$ 9.714 em 31 de dezembro de 2013), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e os valores não são mensuráveis até a presente data:

- a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas.
- b) Ações civis públicas consumeristas nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados.
- c) Ação de Improbidade Administrativa relacionada à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.
- d) Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

21. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas—Continuação

- iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível--Continuação
 - e) Em 2013 e 2014, duas ações civis publicadas contra a Companhia foram ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) no Estado de São Paulo e Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional. Nos pedidos de cada ação, inclui o pleito ao pagamento de R\$ 1 bilhão a título de danos morais coletivos a ser depositado a entidades ou projetos a serem indicados pelo Ministério Público do Trabalho ou destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Paralelamente a estas ações a ABREA também ingressou com duas ações distribuídas por dependência perante a Vara do Trabalho de São Paulo e Vara do Trabalho do Rio de Janeiro por tratar dos mesmos fatos questionados na ação acima. A defesa foi apresentada e aguarda julgamento de mérito.

O Grupo efetua depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

22. Receita operacional líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; e
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabildade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

22. Receita operacional líquida--Continuação

Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Receita bruta de vendas Descontos e abatimentos incondicionais Impostos incidentes sobre as vendas Receita operacional líquida

	Contro	ladora	Consolidado			
31/12/2014 3		31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
	680.030	684.554	1.235.017	1.219.671		
	(2.992)	(3.438)	(3.178)	(3.602)		
	(169.373)	(172.591)	(253.685)	(258.768)		
	507.665	508.525	978.154	957.301		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

23. Informações sobre a natureza das despesas

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(370.995)	(372.752)	(593.879)	(575.877)	
Despesas com vendas	(59.715)	(59.097)	(116.528)	(116.734)	
Despesas gerais, administrativas e remuneração da					
Administração	(52.083)	(54.697)	(122.465)	(113.349)	
	(482.793)	(486.546)	(832.872)	(805.960)	
Matéria-prima consumida	(257.513)	(259.318)	(409.669)	(395.647)	
(-) Ajuste a valor presente	1.341	2.244	1.952	2.670	
Despesas com pessoal e encargos	(105.668)	(108.252)	(164.861)	(165.186)	
Materiais, energia elétrica e serviços	(32.814)	(41.784)	(45.683)	(56.933)	
Aluguel de Bens Móveis	(7.134)	(7.768)	(11.810)	(9.790)	
Despesas de vendas variáveis	(10.294)	(9.018)	(38.671)	(38.110)	
Depreciação e amortização	(11.995)	(11.075)	(37.704)	(34.789)	
Despesas com Viagens	(5.159)	(6.177)	(8.727)	(10.459)	
Despesas c/ Matl e Serv. Informática	(3.923)	(3.707)	(6.669)	(6.328)	
Serviços de terceiros	(20.528)	(16.049)	(52.644)	(44.051)	
Comissões sobre vendas	(12.000)	(11.094)	(21.085)	(19.886)	
Contribuição para entidades de classe	(3.558)	(1.918)	(14.800)	(7.897)	
Propaganda e publicidade	(9.359)	(7.932)	(12.266)	(9.898)	
Impostos e taxas	(1.918)	(2.005)	(3.977)	(3.305)	
Desp. Prov p/ Crédito Liquidação Duvidosa	(655)	` (407)	(1.444)	` (945)	
Outras	(1.616)	(2.286)	(4.814)	(5.406)	
	(482.793)	(486.546)	(832.872)	(805.960)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

24. Outras receitas/ despesas operacionais líquidas

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Outras receitas operacionais:				
Vendas bens de imobilizado	577	354	1.488	470
Receitas eventuais	328	2.324	669	5.179
Aluguéis	-	-	3.017	3.042
Créditos Extemporâneos	3.759	6.758	3.759	6.758
Fundo FI – Previdência Privada (i)	1.446	4.153	1.446	4.153
Outras	354	182	1.250	183
	6.464	13.771	11.629	19.785
Outras despesas operacionais: Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas Provisão para benefícios futuros a ex-empregados Impostos sobre outras vendas Garantia de qualidade Substituição de produto avariado Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis Custo da baixa do imobilizado Outras	(914) (3.249) (256) (515) (685) (1.203) (172) (2.755) (9.749)	(3.038) (2.530) (427) (615) (434) (1.173) (289) (1.972) (10.478)	(2.080) (4.672) (938) (768) (685) (1.679) (410) (4.207)	(3.038) (4.254) (1.150) (776) (434) (1.518) (325) (10.161) (21.656)
Total	(3.285)	3.293	(3.810)	(1.871)

⁽i) Crédito compensado de previdência privada parte empresa em fundo inominado constituído no desligamento de colaboradores conforme políticas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

25. Receitas e despesas financeiras

Política

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras:				
Rendimentos aplicação financeiras - incluindo				
certificados de depósitos bancários	2.194	2.241	5.027	4.719
Descontos obtidos	110	395	188	524
Juros ativos	6.748	6.855	10.526	10.355
Variações monetárias ativas	2.886	726	2.961	759
Variações cambiais ativas	8.794	6.670	36.166	31.075
Outras receitas financeiras		-	94	103
	20.732	16.887	54.962	47.535
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(320)	(288)	(854)	(722)
Juros sobre mútuo	(3.123)	(2.183)	-	-
Juros passivos	(1.810)	(2.442)	(4.267)	(5.656)
Despesas bancárias	(1.096)	(986)	(1.351)	(1.255)
Descontos concedidos	(879)	(931)	(2.045)	(2.234)
IOF	(437)	(322)	(1.045)	(539)
PIS e COFINS - Juros s/ capital próprio	(378)	(491)	(383)	(491)
Variações cambiais passivas	(9.119)	(8.818)	(36.744)	(32.348)
Variações monetárias	(2.197)	(1.956)	(5.266)	(4.674)
Outras	(333)	(275)	(719)	(634)
	(19.692)	(18.692)	(52.674)	(48.553)
Resultado financeiro líquido	1.040	(1.805)	2.288	(1.018)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

26. Informações por segmento de negócio

A Administração definiu como segmentos operacionais Fibrocimento, Mineral Crisolita e Telhas de Concreto, assim como área geográfica de atuação. As informações apresentadas nas colunas outros referem-se a gastos não diretamente atribuíveis aos segmentos de Fibrocimento, Mineral Crisolita e Telhas de Concreto como, por exemplo, revenda de louças, mármore sintético, aquecedor solar, entre outros.

Os segmentos operacionais definidos pela alta Administração estão demonstrados a seguir:

Controladora e Consolidado					
Descrição Área geográfica					
Fibrocimento	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste				
Mineral crisotila	Mercados local e externo				
Telhas de concreto	Mercado local				
Outros	Mercado local				

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

26. Informações por segmento de negócio--Continuação

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são as seguintes:

						31/12/2014			
						Lucro (prejuízo)			
				Receita	Lucro	antes dos	Depreciação e	Resultado	IRPJ/
		Ativo total	Passivo	líquida	bruto	impostos	amortização	financeiro	CSLL
Fibrocimento e ciment	to de fio sintético								
	Sudeste	236.354	41.232	95.102	25.428	5.890	2.768	258	(812)
	Sul	42.586	50.117	144.017	38.869	9.283	4.832	392	(1.229)
	Centro-Oeste	70.437	59.972	219.122	62.391	17.227	3.124	596	(1.870)
	Norte e Nordeste	24.519	33.852	95.878	25.793	6.097	1.891	261	(818)
		373.896	185.173	554.119	152.481	38.497	12.615	1.507	(4.729)
Mineral crisotila									, ,
	Mercado local	280.938	92.180	141.996	123.866	82.555	19.245	888	(16.859)
	Mercado externo	-	-	174.750	76.828	25.987	-	1.093	(20.748)
		280.938	92.180	316.746	200.694	108.542	19.245	1.981	(37.607)
Telhas de concreto	Mercado local	92.153	25.008	67.184	23.250	(2.817)	4.996	(2.016)	(1.638)
Outros (*)	Mercado local	150.877	80.695	40.105	7.850	(14.138)	848	816	(950)
Total		897.864	383.056	978.154	384.275	130.084	37.704	2.288	(44.924)

^(*) Contemplado o investimento no segmento de louças, consolidado via equivalência patrimonial. Vide nota 9. Investimentos.

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

26. Informações por segmento de negócio--Continuação

					31/	12/2013			
		Ativo		Receita	Lucro	Lucro (prejuízo) antes dos	Donrociação o	Resultado	IRPJ/
		total	Passivo	líquida	bruto	impostos	Depreciação e amortização	financeiro	CSLL
Fibrocimento e c sintético	imento de fio			•		•	•		
	Sudeste	246.494	40.269	96.077	25.322	5.971	2.438	(247)	(188)
	Sul	59.274	47.950	127.387	33.987	8.329	4.020	(328)	(249)
	Centro-Oeste	74.053	61.234	185.361	54.729	17.395	2.284	(477)	(363)
	Norte e Nordeste	28.377	31.706	85.367	22.707	5.512	1.673	(219)	(167)
		408.198	181.159	494.192	136.745	37.207	10.415	(1.271)	(967)
Mineral crisotila									
	Mercado local	252.140	89.294	157.479	129.395	82.484	17.913	905	(19.079)
	Mercado externo	-	-	146.972	68.525	24.745	-	844	(17.806)
		252.140	89.294	304.451	197.920	107.229	17.913	1.749	(36.885)
Telhas de									
concreto	Mercado local	96.713	25.124	73.130	26.515	993	4.594	(1.830)	(1.445)
Outros (*)	Mercado local	76.581	31.926	85.528	20.244	(3.200)	1.867	334	(676)
Total		833.632	327.503	957.301	381.424	142.229	34.789	(1.018)	(39.973)

^(*) Contemplado o investimento no segmento de louças, consolidado via equivalência patrimonial. Vide nota 9. Investimentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

27. Cobertura de seguros

Os seguros contratados pelo Grupo, sob a orientação de seus consultores de seguros, em 31 de dezembro de 2014, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade	Edifícios, instalações,	
civil geral e lucros cessantes	equipamentos e outros	R\$358.100

28. Instrumentos financeiros

28.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Companhia, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas informações contábeis:

Contro	oladora	Consolidado		
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
5.711	9.516	13.367	13.295	
15.726	9.897	35.023	35.661	
-	-	73.753	55.521	
21.437	19.413	122.143	104.477	
Contro	oladora	Consolidado		
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
22.858	22.444	42.151	39.293	
8.195	23.312	127.924	82.680	
31.053	45.756	170.075	121.973	
	31/12/2014 5.711 15.726 - 21.437 Control 31/12/2014 22.858 8.195	5.711 9.516 15.726 9.897 21.437 19.413 Controladora 31/12/2014 31/12/2013 22.858 22.444 8.195 23.312	31/12/2014 31/12/2013 31/12/2014 5.711 9.516 13.367 15.726 9.897 35.023 - - 73.753 21.437 19.413 122.143 Controladora Conso 31/12/2014 31/12/2013 31/12/2014 22.858 22.444 42.151 8.195 23.312 127.924	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

28.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Hierarquia do valor justo

A Companhia adotou a premissa de que caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber não possuem diferenças entre valor contábil e o valor justo ("valor de mercado"). A mensuração desses ativos financeiros são consideradas "Nível 1", no qual a mensuração é feita com cálculos baseados em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

No decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2014 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível II e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III.

28.2. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. O Grupo possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos a vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso do Grupo: a) Risco de câmbio, b) Risco de taxa de juros, c) Risco de prejuízo na produção devido a escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos e d) Riscos associados ao crescimento.

a) Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às suas atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

28.2 Gestão de risco financeiro--Continuação

- I. <u>Risco de mercado</u>--Continuação
 - a) Riscos de câmbio--Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Conso	lidado	Cotação em 31/12/2014
	31/12/2014	31/12/2013	(US\$ / € 1,00 = R\$1,00)
Clientes no mercado externo	73.753	55.521	2,66
Fornecedores no mercado externo	(2.743)	(7.570)	2,66
ACE	(58.342)	(39.955)	2,66
Financiamentos (USD)	(42.808)	(24.020)	2,66
Financiamentos (EUR)	(938)	(1.067)	3,23
Total da exposição cambial	(31.078)	(17.091)	

a1) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2014, conforme abaixo.

				Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
Saldos (Moeda estrangeira)			Posição em	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
- Consolidado	Risco	Taxa (*)	31/12/2014	(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
USD				1,33	1,99	3,33	3,99
Clientes mercado externo	USD	2,66	73.753	36.877	55.176	92.330	110.630
Fornecedores mercado							
externo	USD	2,66	(2.743)	(1.372)	(2.052)	(3.434)	(4.115)
ACE	USD	2,66	(58.342)	(29.171)	(43.647)	(73.037)	(87.513)
Financiamentos	USD	2,66	(42.808)	(21.404)	(32.026)	(53.590)	(64.212)
EUR				1,62	2.42	4.04	4.85
Financiamentos	EUR	3,23	(938)	(470)	(703)	(1.173)	(1.408)
Total das exposiç	_	(31.078)	(15.540)	(23.252)	(38.904)	(46.618)	

^(*) As taxas do dólar e do euro foram retiradas do site do BACEN.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

28.2 Gestão de risco financeiro--Continuação

- I. Risco de mercado--Continuação
 - b) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras (Equivalentes de				
caixa)	-	-	1.677	2.195
Aplicações financeiras de curto prazo	15.726	9.897	35.023	35.661
Total da exposição à taxa de juros	15.726	9.897	36.700	37.856

A Administração do Grupo entende como baixo o risco de variações elevadas no CDI nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

28.2 Gestão de risco financeiro--Continuação

- Risco de mercado--Continuação
 - b) Riscos de taxa de juros--Continuação

				Risco de redução		Risco de aumento	
Aplicações financeiras - consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2014	Cenário Provável	Cenário (-50%)	l Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			11,65%	5,83%	8,74%	14,56%	17,48%
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa) Aplicações financeiras	CDI	1.677	1.872	1.775	1.824	1.921	1.970
(Investimentos de curto prazo)	CDI	35.023	39.103	37.065	38.084	40.122	41.145

Projeção Receitas Financeiras - Um Ano

c) Risco de prejuízo na produção devido a escassez de fornecimento de matériaprima e insumos

Esta vertente de crescimento é pautada na diversificação do portfólio, por meio do desenvolvimento, lançamento de novos produtos e na entrada em novos segmentos de negócios, usando a estrutura do próprio Grupo ou a capacidade de terceiros. Dentro deste conceito encontram-se as soluções construtivas (placas cimentícias e o Painel Wall), telhas metálicas, louças, assentos e metais sanitários. Com exceção das soluções construtivas e louças, nos outros segmentos são utilizadas capacidades de terceiros. Nesta mesma vertente de crescimento, a Companhia iniciou dois projetos "greenfield" para instalar:

- Fábrica multiprodutos no Distrito Industrial do Porto de Pecém no Ceará, jointventure com a multinacional colombiana "Colceramica" empresa das Organizações Corona. A participação societária é de 60% da Eternit que reúne o know-how de conhecimento do mercado brasileiro e logística eficiente e Colceramica com 40% com o know-how de manufatura com custos de produção competitivos.
- Instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos e materiais de construção - 13ª unidade do Grupo Eternit - na cidade de Manaus, Amazonas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

28.2 Gestão de risco financeiro--Continuação

- I. <u>Risco de mercado</u>--Continuação
 - c) Risco de prejuízo na produção devido a escassez de fornecimento de matériaprima e insumos--Continuação

No caso da joint-venture os riscos seriam com relação à saída da Colceramica da sociedade, onde a Eternit poderá encontrar dificuldades para produzir louças sanitárias por ainda não ter o know-how de produção.

Os riscos associados à implantação dos projetos acima dizem respeito à obtenção de licenças ambientais e operacionais para instalação e operação, obtenção de financiamento adicional para implementar sua estratégia de expansão para o projeto. Caso as obtenções não ocorram no "timing" desejado poderá haver atrasos e os resultados não serem satisfatórios.

d) Risco associado ao crescimento

O Grupo não tem controle sobre algumas matérias-primas, assim como o cimento, calcário, areia, celulose reciclada e bobinas de aço, desta forma um aumento significativo nos preços ou redução nos prazos para pagamento pode impactar substancialmente no custo de produção.

Para a produção de fibrocimento com fibra alternativa, a Companhia pode enfrentar dificuldade de obter a fibra sintética em larga escala, devido à disponibilidade de fibras mundial ser inferior a necessidade brasileira. Além disso, aumentos no preço dessas e de outras matérias-primas, incluindo aumentos decorrentes de escassez, impostos, restrições ou flutuações de taxas de câmbio, podem aumentar o custo de produção e afetar adversamente os negócios da Companhia.

Para os fornecedores em que a Eternit compra louças, assentos e metais sanitários e revende no mercado brasileiro, a Companhia pode enfrentar dificuldades de encontrar novos parceiros caso haja uma dissolução no contrato de fornecimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

28.2 Gestão de risco financeiro--Continuação

II. Risco de crédito

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo Grupo diariamente, e é entendimento que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "Provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

Nenhum cliente do Grupo representa mais de 5% dos respectivos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2014 (5% em 31 de dezembro de 2013).

Depósitos à vista e aplicações financeiras

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração do Grupo considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

III. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

28.2 Gestão de risco financeiro--Continuação

IV. Gestão do capital

Para o período findo em 31 de dezembro de 2014, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2013. O Grupo inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e financiamentos
(-) Caixa e equivalentes de caixa
Dívida líquida
Patrimônio líquido
Dívida líquida e patrimônio líquido

Controladora		Consolidado		
Alavancagem		Alavancagem		
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
8.195	23.312	127.924	82.680	
(5.711)	(9.516)	(13.367)	(13.295)	
2.484	13.796	114.557	69.385	
514.791	506.113	514.808	506.129	
512.307	492.317	400.251	436.744	

29. Compromissos e garantias

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo possuía as seguintes garantias:

- (i) Garantia do contrato de compra e venda de energia elétrica, firmado entre a controlada SAMA e a Companhia de fornecimento Tractebel, no montante de R\$ 3.989. junto ao banco Safra, com vencimento para março de 2016;
- (ii) Garantia do pagamento de execução fiscal DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) no montante de R\$ 1.440, junto ao banco Bradesco, com vencimento indeterminado;
- (iii) Garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás no montante de R\$ 4.371, junto ao banco Bradesco, com vencimento em fevereiro de 2015;
- (iv) Garantia de R\$ 40.909 (60%) do Financiamento firmado entre a Companhia Sulamericana de Cerâmica e o BNB, Banco do Nordeste, para a instalação da fábrica de louças sanitárias, junto ao banco Bradesco com vencimento em janeiro de 2015.
- (v) Garantia do contrato de financiamento para importação de equipamentos junto ao banco Bradesco S.A. no montante de € 593 (R\$ 1.915 em 31 de dezembro de 2014).
- (vi) Em 23 de dezembro de 2014, a Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.000, referente a cédula de crédito bancário junto ao Banco da Amazônia para implementar sua fábrica de pesquisa e desenvolvimento em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, tendo seu valor de mercado no montante de R\$ 62.500.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

30. Provisão para remonte da mina

A controlada SAMA registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

Ambiente

A controlada SAMA registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	2014 e 2013	
Taxa de desconto	10% a.a	
Taxa de inflação de longo prazo	5% a.a	
Valor presente dos desembolsos esperados	31/12/2014	31/12/2013
2032	4.028	3.655
2033	3.457	3.137
2034	1.791	1.625
2035 a 2039	1.442	1.309
Total	10.718	9.726

Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2032 e 2039.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 992 (R\$ 1.525 em 31 de dezembro de 2013), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.